



Home > Matérias > Projetos

Social

No dia da dignidade menstrual, ideia legislativa de estudante pede distribuição de absorventes pelo SUS

Da Agência Senado | 28/05/2021, 18h34



Funcionária em farmácia do Sistema Único de Saúde: duas sugestões populares pedem a distribuição de absorventes para mulheres de baixa renda

Renato Araújo/Agência Brasília



A ideia legislativa que pede a distribuição gratuita de absorventes em postos de saúde se tornou a primeira criada em uma Oficina Legislativa para estudantes a conseguir os apoios para ser analisada pelos senadores como sugestão legislativa. A intenção é atenuar os efeitos da pobreza menstrual, tema de um relatório lançado pelo Unicef nesta sexta-feira (28), Dia Internacional da Dignidade Menstrual.

A oficina é uma oportunidade para estudantes se aproximarem do processo legislativo. A ideia foi apresentada pela estudante Hillary Gomes, do segundo ano do ensino médio do Colégio Notre Dame, de Brasília. O texto foi apresentado em abril e, em menos de um mês, recebeu os 20 mil apoios necessários para ser analisado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), como a Sugestão Legislativa 7/2021.

“Menstruação é algo normal para a maioria das pessoas com útero e, infelizmente algumas delas não possuem condição financeira suficiente para comprar todo mês um pacote de absorvente”, disse a estudante ao apresentar a ideia. Ela lembrou, ainda, que o Sistema Único de Saúde distribui preservativos para evitar as doenças sexualmente transmissíveis, mas não faz o mesmo com os absorventes, mesmo a menstruação não sendo uma escolha da mulher.

De acordo com o relatório “Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos”, 713 mil meninas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em casa e mais de 4 milhões não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas. O estudo foi lançado nesta sexta-feira pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para marcar o Dia Internacional da Dignidade Menstrual.

Pobreza Menstrual

Segundo o Unicef, a pobreza menstrual é caracterizada pela falta de acesso a recursos, infraestrutura e até conhecimento por parte de pessoas que menstruam para cuidados envolvendo a própria menstruação. O fenômeno é afetado por variáveis como a desigualdade racial, social e de renda, já que uma família com renda menor tem menos condição de dedicar uma fração de seu orçamento para itens de higiene menstrual, já que a prioridade é a alimentação.

— Temos que derrubar de vez esse tabu e falar mais sobre a pobreza menstrual, que já levou uma a cada quatro meninas a faltar às aulas por não ter absorvente. A falta de acesso a itens básicos de higiene é uma realidade de milhões de meninas e mulheres no Brasil e no mundo — disse a senadora Zenaide Maia à Agência Senado.

Zenaide é relatora de outra sugestão legislativa com objetivo de tornar lei a distribuição de absorventes para as mulheres em situação de rua ou de baixa renda (SUG 43/2019). A sugestão está na CDH e depende da volta dos trabalhos presenciais para ser analisada, assim como a apresentada pela estudante na Oficina Legislativa.

— Espero que quando os trabalhos das comissões voltarem no Senado a CDH coloque em pauta as sugestões legislativas que tratam desse assunto — disse a senadora.

Oficina Legislativa

A Oficina Legislativa é uma nova ferramenta do portal e-Cidadania voltada para escolas públicas e privadas e instituição de ensino superior. Os alunos são incentivados a pensar em melhorias para o país por meio de etapas de criação e avaliação de ideias legislativas que, por fim, podem ser debatidas pelos senadores e transformadas em leis.